REVISTA

ADESG

DEFESA E DESENVOLVIMENTO

Nº 290
JUL/AGO DE 2015
ANO 40

UMA PUBLICAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO DOS DIPLOMADOS DA ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA

ESPORTE
Programa de alto rendimento das Forças Armadas sobe ao pódio

MISSÃO INSTITUCIONAL
ADESG visita a Europa

CULTURA
Fortaleza de São João: marco zero dos 450 anos do Rio de Janeiro

ESPECIAL

CIDADANIA, JÁ

- RESPONSABILIDADE POLÍTICA DAS ELITES
- AS MANIFESTAÇÕES E OS CONSUMIDORES
- A ÉTICA SOB ATAQUE
- DO *HOMO SAPIENS* AO CIDADÃO

EDITORIAL

Por **Alte Ricardo Antônio da Veiga Cabral**
Presidente da ADESG

CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA: UMA TAREFA QUE NÃO TERMINA

Cidadania é a qualidade ou estado de um cidadão. Cidadão é um indivíduo no gozo de seus direitos civis e políticos no país onde vive. Pressupõe, em contrapartida, o cumprimento de seus deveres para com aquele país. É impossível viver-se democraticamente se os membros de uma sociedade não puderem expressar livremente suas opiniões e vontades. A cidadania, tal como a vemos, deve estar em permanente aperfeiçoamento. Como exemplo dessa dinâmica evolutiva, cito os direitos dos afrodescendentes, dos índios, das mulheres, dos menores de idade, dos homoafetivos, dos idosos, dos deficientes físicos, do trabalho das diversas categorias profissionais, o da proteção ao meio ambiente (recursos naturais) etc...

A cidadania constitui um referencial conquistado, passo a passo, no caminho humanidade, desde a Grécia e a Roma da antiguidade até à estruturação do Estado-Nação nas sociedades modernas. O conceito de cidadania vem, paulatinamente, se firmando na história das relações sociais. No início, como direito civil (propriedade e contratos), no século XVIII. Depois, sob ótica política (direito de participação no poder, como votar e ser votado), no século XIX, e o direito social (compartilhamento do bem-estar econômico e social), no século XX.

A característica associativa do ser humano surge como fator essencial na formação da nacionalidade, do grupo, da família e resulta na solidariedade, que é a própria força motriz do agrupamento daqueles seres. Não pode haver cidadania sem o devido respeito ao próximo, aos direitos humanos, à dignidade da pessoa e à liberdade de opinião, não importando raça, gênero, credo, língua ou posição social.

A Assembleia Geral das Nações Unidas, em 1948, em sua primeira reunião, aprovou a Declaração Universal dos Direitos Humanos que, em seu artigo III, estabelece que "toda pessoa tem direito à vida, à liberdade e à segurança pessoal".

Já a Constituição Federal de 1988, a chamada Constituição Cidadã, preceitua em seu artigo primeiro, inciso II, a cidadania como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito em nosso País.

Assim, a cidadania desponta como um esforço de uma sociedade para assegurar seus direitos. Ela é conquistada a partir da capacidade de mobilização, organização e participação social.

Sua construção é uma tarefa que não termina.

Novos desafios vão surgindo na complexidade do tempo presente (e futuro) demandando novas medidas para adaptá-la a esses tempos, pois a cidadania se aprende a ter na labuta diária da vida social e política.

Exige-se empenho, coragem, liderança e descortino.

Não basta só votar e pagar impostos.

É preciso conquistar o lugar e fazer valer os respectivos direitos!

STF

Constituição de 1988: original exposto no Museu do Supremo Tribunal Federal

Sumário

Revista da Adesg – Julho/Agosto de 2015 – N° 290 – Ano 40

CAPA:
BRASIL CIDADÃO
Foto: Stock Image

DESTAQUES DA EDIÇÃO

4 **CIDADANIA: DO *HOMO SAPIENS* AO CIDADÃO CONSCIENTE** – UMBERTO RAMOS DE ANDRADE
8 **CIDADANIA: RESPONSABILIDADE POLÍTICA DAS ELITES** – JORGE MARANHÃO
10 **CIDADANIA: AS MANIFESTAÇÕES E OS CONSUMIDORES** - FLÁVIO CITRO VEIRA DE MELLO
14 **CIDADANIA – A ÉTICA SOB ATAQUE** – MARCIO TADEU BETTEGA BERGO
16 **ESPORTE: UM GESTO QUE DIZ TUDO**
18 **AGULHAS NEGRAS: IX JOGOS DA AMIZADE**
20 **HISTÓRIA: SOLDADOS BAIANOS NOS TEMPOS COLONIAS** – HENDRIK KRAAY
22 **MISSÃO INSTITUCIONAL: ADESG VISITA A EUROPA** – RICARDO ANTONIO DA VEIGA CABRAL
26 **FORTALEZA DE SÃO JOÃO: MARCO ZERO DOS 450 ANOS DO RIO DE JANEIRO**
28 **ATUALIDADES**
31 **EM TEMPO: NOTÍCIAS DA ADESG** – EDSON SCHETTINE

História: soldados baianos na Colônia

Cidadania e Ética: questões que mobilizam o Brasil

Esporte: Programa de Alto Rendimento das Forças Armadas sobe ao pódio

CONSELHO EDITORIAL
V. ALTE. RICARDO ANTÔNIO DA VEIGA CABRAL
GEN.Bda. UMBERTO RAMOS DE ANDRADE
DESEMB. ANTÔNIO CARLOS ESTEVES TORRES
BRIG. ENGº MANOEL ANDRADE REBELO
PROFº EDSON SCHETTINE DE AGUIAR
PSIC. MARIJANE DE VASCONCELOS TAVARES
ENG.º CLÁUDIO ROBERTO FERREIRA CUNHA

DIRETOR RESPONSÁVEL
Gen. Bda. Umberto Ramos de Andrade

EDITOR
José Esmeraldo Gonçalves
(JJ Comunicação)

ARTE E DIAGRAMAÇÃO
Sidney Ferreira

COORDENAÇÃO E PRODUÇÃO GRÁFICA
Juvenil Siqueira

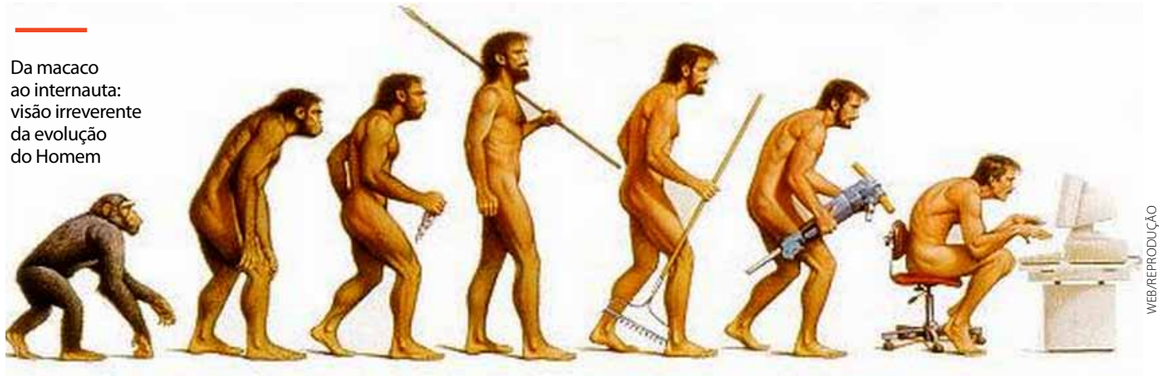
Publicação bimestral
Julho/Agosto de 2015
Ano 40 – N°290

ENDEREÇO:
Palácio Duque de Caxias
Praça Duque de Caxias, nº 25
Centro - Rio de Janeiro - RJ / CEP - 20221260
Tel: (21) 2262-6400 / Fax: (21) 2223-1834

ENDEREÇO ELETRÔNICO
www.adesg.org.br
http://adesg-an.blogspot.com
Email: adesg@adesg.org.br

Os artigos são de inteira responsabilidade dos autores, não representando necessariamente a opinião da revista

IMPRESSÃO
Ediouro Gráfica e Editora Ltda



Da macaco ao internauta: visão irreverente da evolução do Homem

WEB/REPRODUÇÃO

DO *HOMO SAPIENS* AO CIDADÃO CONSCIENTE

Por **Gen Umberto Ramos de Andrade** (*)

É sempre estranho para o homem comum lidar com grandezas fora de sua experiência concreta. São inimagináveis para a pessoa não especializada números como distâncias intergalácticas, espaços interatômicos, bilhão de dólares, mesmo traduzido em pilhas de notas de US$100. Daí a nossa dificuldade em entender o tempo cósmico. O homem vive em média de 70 a 80 anos. Neste período, com sorte ele será capaz de conviver com três ou no máximo quatro gerações de ascendentes e descendentes. Referências aos recentes anos 50 do último século são, para a maioria dos jovens, História, e muitas vezes mal contada e mal entendida.

No entanto a moderna Antropologia mostra que há 150 mil anos os humanos eram criaturas marginais e não ultrapassavam um milhão de indivíduos embora fossem capazes de espantar leões, se aquecer nas noites frias e queimar florestas. A maioria dos cientistas concorda que há 150 mil anos a África Oriental estava povoada por animais classificados como *Homo sapiens*, com todas as nossas características genéticas, como ensina o professor Yuval Noah Harari em seu recente livro *Sapiens - Uma breve história da Humanidade*. Seria útil lembrar que os biólogos classificam os organismos em espécies, animais que tendem a se acasalar, gerando descendentes férteis. Cavalos e jumentos embora tenham um ancestral comum, partilhem traços físicos e sejam capazes de acasalar, geram descendentes estéreis, sendo por isso classificados em diferentes espécies. Espécies que evoluíram de um mesmo ancestral são grupadas em gêneros como são leões, tigres, leopardos e panteras, espécies do gênero *Panthera*. *Panthera Leo* é a espécie *leo* do gênero *Panthera*. Desta forma, o homo sapiens é classificado na espécie sapiens do gênero *Homo*.

Os cientistas também concordam que há cerca de 70 mil anos *sapiens* da África Oriental se espalharam na península Arábica e daí rapidamente tomaram o território da Eurásia. Isto é muito recente, se considerarmos que há 13,7 bilhões de anos teve início, em um único ponto, todo o universo no qual giramos e que há cerca de 4,6 bilhões de anos, na Via Láctea, uma supernova explodiu e uma nova estrela, o Sol, nasceu de seus destroços.

Para ilustrar a dificuldade em se lidar com tempos cósmicos, a historiadora Cynthia Brown relata em seu livro *A Grande História - do Big Ben* a visita que fez ao Museu Americano de História Natural, onde se exibia um show de som e luzes simulando o Big Ben. Ao fim da apresentação o visitante era obrigado a seguir uma linha do tempo desenhada ao longo de uma rampa em espiral por dois andares e no final encontrava um cartaz com um traço da largura de um fio de cabelo representando 30.000 anos da história humana.

Pois foi neste período de 70 mil a 30 mil anos que se testemunhou a invenção dos barcos, lâmpadas a óleo, arcos e flechas e agulhas, essenciais para a fabricação de agasalhos indispensáveis à adaptação em diferentes climas. Neste período, o *sapiens* deixou a África e expulsou os neandertais e outras espécies humanas da face da terra, espalhando-se pela Europa e pelo leste da Ásia, chegando à Austrália, um feito tão extraordinário quanto a caminhada do homem na superfície lunar ou a recente missão não tripulada a Marte.

Todas estas conquistas foram o resultado da chamada **Revolução Cognitiva**, caracterizada pelo surgimento de novas formas de pensar e se comunicar. Tudo indica que mutações genéticas acidentais criaram conexões internas no cérebro do *sapiens*, possibilitando que pensassem de maneira sem precedentes e se comunicassem usando um tipo de linguagem totalmente novo.

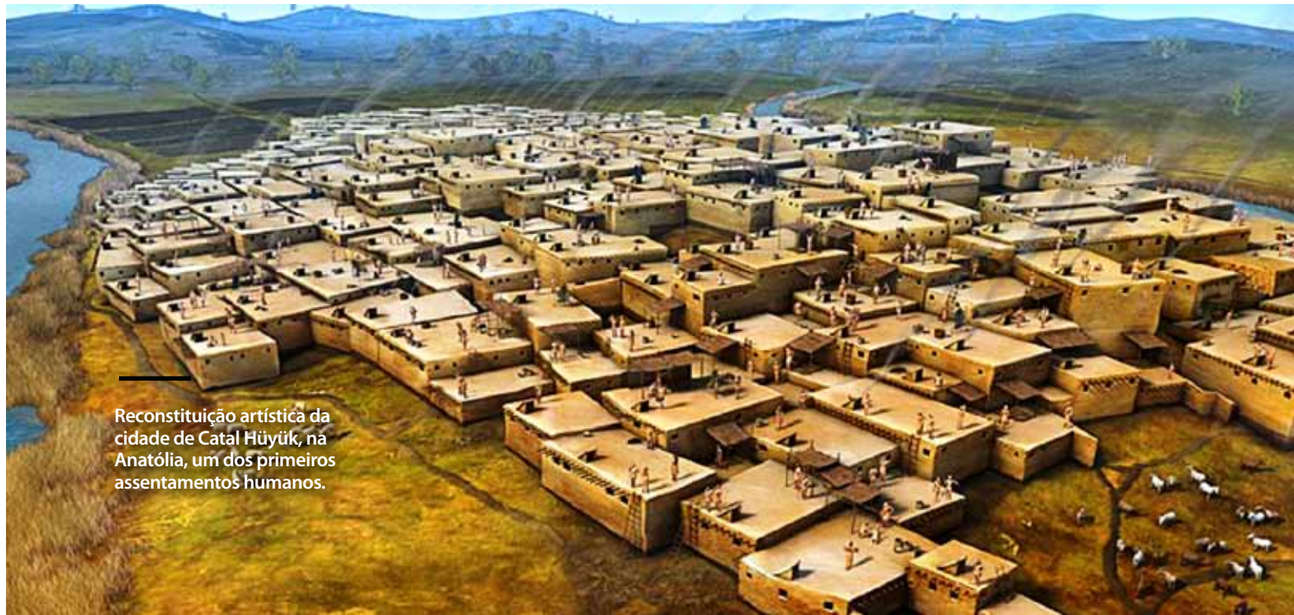
O ESTABELECIMENTO DE UM ESTATUTO DE PERTENCIMENTO DE UM INDIVÍDUO A UMA COMUNIDADE POLITICAMENTE ARTICULADA, SEJA UMA CIDADE OU UM IMPÉRIO, LHE ATRIBUÍA O CARÁTER DE CIDADÃO

REPRODUÇÃO/SCIENCE NEWS

Espalhados pelos continentes, os bandos de *sapiens* se alimentavam de forma versátil e oportunista, desempenhando as funções de caçadores e coletores. Em quase todos os lugares e em quase todas as épocas, a atividade caçadora-coletora fornecia a nutrição ideal, adaptada por centenas de milhares de anos às necessidades humanas. Fica claro que para realizar todas estas conquistas foi necessário aos *sapiens* adquirir **tecnologia e habilidades organizacionais** que lhes deram a visão e a capacidade de sair do continente afro-asiático e povoar o mundo exterior.

Tudo mudou há cerca de 10 mil anos, quando o sapiens dedicou-se a manipular a vida de algumas espécies de plantas e animais, espalhando sementes, arrancando ervas daninhas, irrigando terrenos e conduzindo ovelhas para pastos mais apropriados. Este marco histórico é conhecido como a **Revolução Agrícola**, que não irrompeu em todos os locais do globo, pela simples razão de que a maioria das espécies de plantas e animais não pode ser domesticada. O biólogo americano Jared Diamond relaciona apenas 14 espécies primitivas de grandes mamíferos domesticáveis e mostra também que o total dos primeiros vegetais cultiváveis é pouco maior que duas dezenas.

Os excedentes de comida produzidos por camponeses através da atividade agrícola, aliada à nova tecnologia de transportes, acabaram por permitir que cada vez mais pes-



Reconstituição artística da cidade de Catal Hüyük, na Anatólia, um dos primeiros assentamentos humanos.

soas se aglomerassem em aldeias, que se transformariam em cidades. O Prof. Harari lembra que, por volta de 8.500 a.C., os maiores assentamentos do mundo eram vilarejos como Jericó, com apenas algumas centenas de indivíduos. Em 7.000 a.C., a cidade de Catal Hüyük, na Anatólia, tinha entre 5 mil e 10 mil habitantes. As cidades seriam incorporadas a redes de influência de comércio, dando, enfim, origem a reinos, como efeito da criação de sistemas sociais e políticos de grande escala. Em 3.100 a.C., todo o vale do baixo Nilo estava unido no primeiro reino egípcio. Seus faraós governavam milhares de quilômetros quadrados e centenas de milhares de pessoas. Por volta de 2.250 a.C., Sargão, O Grande, constituiu o império Acadiano que contava com mais de um milhão de súditos e um exército de 5 mil soldados. Entre 1.000 a.C. e 500 a.C. apareceram os primeiros megaimpérios no Oriente Médio: o Império Assírio, o Império Babilônico e o Império Persa.

O estabelecimento de um estatuto de pertencimento de um indivíduo a uma comunidade politicamente articulada, seja uma cidade ou um império, lhe atribuía o caráter de cidadão, definido por um conjunto de direitos e obrigações, sob vigência de um ordenamento jurídico. O termo **cidadania** tem origem etimológica no latim *civitas*, que significa cidade. No decorrer da história da humanidade, surgiriam diversos entendimentos de cidadania, seja na Grécia e na Roma Antiga, seja na Europa da Idade Média.

O CONTROLE SOCIAL É A PARTICIPAÇÃO DO CIDADÃO NA GESTÃO PÚBLICA, PELO MONITORAMENTO DAS AÇÕES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Aristóteles é o filósofo que define e distingue a esfera privada e a esfera pública. A esfera privada é a esfera da economia doméstica enquanto a esfera pública é definida pelo filósofo como o âmbito da política, da cidadania e da promoção do bem-comum. A cidadania moderna, embora influenciada por concepções mais antigas, possui hoje caráter próprio e pode ser enquadrada em duas categorias: a formal e a substantiva. A cidadania formal é o indicativo da nacionalidade. A cidadania substantiva é definida como a posse de direitos civis, políticos e sociais. A compreensão e ampliação da cidadania substantiva ocorreram a partir de 1950 com o estudo de T.H. Marshall – *Cidadania e classe social*, que descreve a extensão dos direitos civis, na relação entre cidadãos, dos direitos políticos, na relação entre governantes e governados e, finalmente, dos direitos sociais. Depois de ser entendido apenas como boas relações entre cidadãos, o conceito global da cidadania trata, hoje, do controle social. O controle social é a participação do cidadão na gestão pública, pelo monitoramento e controle das ações da administração pública.

O mundo experimenta hoje a chamada **Revolução da Informação**, e a base do conhecimento organizado repousa no domínio da informática, definida como a ciência do tratamento racional e automático da informação. Da mesma forma que o telefone e as subsequentes inovações que vieram no rastro do uso da eletricidade como veículo de comunicação, o uso das redes globais de processamento de dados vem produzindo um profundo impacto sobre o homem moderno, dinamizando os métodos de obtenção, difusão e processamento da informação.

Alvin Toffler já havia, em 1980, identificado este fenômeno como **A Terceira Onda**, um ciclo de transformações que atua como uma maré que se eleva por sobre o mundo, criando um novo ambiente tanto para o trabalho, quanto para o entretenimento e a educação. O uso da internet surgiu como um valioso instrumento da cidadania, diante da possibilidade que oferece em termos de democratização e simultaneidade na difusão da notícia e do conhecimento. A internet é capaz de fazer com que o cidadão se sinta parte do planeta e da humanidade, bastando poder traduzir as linguagens de sua imensa diversidade cultural.

McLuhan: o teórico da comunicação que vislumbrou a Internet.

Herbert McLuhan foi um destacado educador, filósofo e teórico da comunicação, que ficou conhecido por vislumbrar a Internet quase trinta anos antes de ser inventada. No entanto, o mundo só iria se tornar a aldeia global de McLuhan a partir dos anos 80 com o uso deste efetivo instrumento da cidadania.

(*) **GEN UMBERTO RAMOS DE ANDRADE** *é Vice-Presidente da ADESG*

Referências Bibliográficas:
1 - Harari, Y.N., *Sapiens- Uma breve história da humanidade*, RS:L&PM:2015.
2 - Brown, C. S., *A Grande História – do Big Ben aos dias de hoje*, Civilização Brasileira: 2010.
3 - Diamond, J., Guns, *Germs and Steel*, W.W. Norton & Company, Inc, New York and London: 2005.
4 - MARSHALL, T.H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
5 - Toffler, A., *A Terceira Onda*, 2a Edição, Editora Record, Rio de Janeiro, 1983

PEDRO FRANÇA/AG. SENADO

A RESPONSABILIDADE POLÍTICA DAS ELITES

Por **Jorge Maranhão**(*)

Pelo menos quatro campanhas pela ética na política e contra a corrupção foram lançadas por quatro grandes segmentos de cidadãos atuantes nos últimos anos, sem, no entanto, se articularem numa legítima ambição de abranger toda a sociedade. Se não, responda com honestidade se já tinha notícia de alguma delas.

De setores de entidades civis, de profissionais liberais, sindicatos, igrejas e estudantes, vemos a continuidade da campanha do MCCE – Movimento de Combate à Corrupção Eleitoral, que nos legou a Lei da Ficha Limpa, e que agora se dedica à causa da reforma política. Garanto que o leitor tem sido bombardeado pelas sugestões de reforma de nossos políticos, mas não do que propõem entidades civis da expressão de uma CNBB ou OAB, entre outras mais de cinquenta.

De entidades empresariais e algumas empresas singulares, temos iniciativas como a do MBE – Movimento Brasil Eficiente, que propusemos que incorporasse também o fim ético, tornando-se MBE[2], uma vez que não existe eficiência sem ética, lutando pela simplificação e transparência tributárias, uma das maiores fontes da corrupção do país.

De setores dos operadores da Justiça, como os promotores públicos, a campanha "*O que você tem a ver com a corrupção*" extrapolou até mesmo nosso território e foi recomendada como iniciativa da própria ONU.

E, ultimamente, a Campanha pela Moralidade Nacional, de iniciativa originária no Clube Militar, tende a ganhar a adesão de outras entidades militares por todo o país.

Se muito tem se indignado cada um destes segmentos da elite de nossa cidadania, pouco têm sido articuladas estas iniciativas para a mobilização de toda a sociedade. Pois, se todas dependem da mídia de massa, esta não tem abordado a pauta que está por trás de tudo: a crescente onda de relativismo moral. Isso, e para além de a mídia de entretenimento estar dedicada a revolucionar os costumes morais tradicionais de um país "careta", como se referiu recentemente sobre a sociedade brasileira um famoso novelista campeão global de audiência.

Tais iniciativas devem convergir para a mídia de modo unificado e simples, num formato que privilegie mais os enunciados de propostas do que análises profundas e dissertações eruditas. Afinal, ainda não entendemos a diferença entre o valor intrínseco da vida e as chamadas "condições de vida" de viés esquerdista. Ou entre igualdade de oportunidades e igualdade social, que traz oculta a negação das leis pela celebração de privilégios corporativos, e mesmo entre Estado e governos, legalidade e moralidade pública, e assim por diante. E, principalmente, entre responsabilidade política de todos, para além de responsabilidade social de empresas, responsabilidade civil profissional ou responsabilidade fiscal de governantes. Sem esse entendendimento, não temos condições mínimas de autonomia, de pensamento, de liberdade, enfim.

Liberdade, aliás, que, de alteridade como manda a tradição filosófica, entre nós é trocada pela liberdade de identidade, alheia e a despeito da lei.

Precisamos reconhecer nossa responsabilidade política diante da verdadeira reforma cultural que devemos enfrentar:

1) a construção de um novo imaginário social na mídia, sobretudo no que tange ao resgate de uma cultura política fundada em valores morais, superando "a voz das ruas" meramente reivindicatória por propostas de políticas públicas consistentes;

2) a defesa de instituições de Estado fortes e independentes, em contraposição à burla do Estado-empresário, que garantam os valores constitucionais da vida, da justiça, da propriedade e da liberdade;

3) a maior qualificação do debate público pela superação de uma alegada crise de gestão do setor público e uma crise de valores do setor privado, raiz do mau tempo econômico de hoje.

Esta é a agenda indeclinável da cidadania. É urgente que nos reunamos numa só elite de cidadãos políticos; os melhores de nós, e não necessariamente os mais afortunados. Lideranças dos mais variados segmentos preocupadas com a crise ética que nos degrada a todos. E isto, só com uma grande campanha de mobilização nacional que capture e divulgue o pensamento desses verdadeiros agentes de cidadania, que compreendem que controle social se faz com propostas objetivas e eficientes de políticas públicas e com participação permanente no debate público.

ARQUIVO PESSOAL

(*) **JORGE MARANHÃO** *é Mestre em Filosofia pelo IFCS da UFRJ. Atualmente dirige o Instituto de Cultura de Cidadania e edita o site www.avozdocidadao.com.br, além de ter produzido e apresentado os boletins radiofônicos da Voz do Cidadão na Rede CBN e Rádio Globo. É autor de dois livros de ficção e três de ensaios sobre arte, mídia, política e cultura de cidadania, assim como de centenas de artigos de opinião para os principais jornais brasileiros desde 1990. É líder da Fundação Avina desde 1993. E-mail: jorge@avozdocidadao.com.br.*

RAFAEL NEDDERMEYER/ FOTOS PÚBLICAS

Em junho de 2013, no início do ciclo de manifestações, o foco era reivindicatório. O cidadão colocava-se como consumidor. Os protestos que, logo na sequência, ganhariam conotação política mais abrangente, enfatizavam a insatisfação dos usuários de serviços públicos de transportes, saúde e educação.

AS MANIFESTAÇÕES E OS CONSUMIDORES

Por **Flávio Citro Vieira de Mello** (*)

É necessária a investigação dos protestos ocorridos no Estado do Rio de Janeiro, em junho de 2013, como instrumento de reivindicação dos consumidores contra a má qualidade do serviço público essencial de transporte e contra o aumento das tarifas do transporte público essencial, cenário que, para o analista menos avisado, parece desproporcional, em desajuste com o maduro sistema de proteção e defesa do consumidor, estruturado pelo Estado como direito fundamental de proteção e defesa do consumidor, no art. 5º, XXXII, c/c art. 170, V, da CF/88, art. 48 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, que determinou que o Congresso Nacional elaborasse o Código de Defesa do Consumidor, Lei 8078/90, indiscutivelmente o diploma mais avançado e completo do ordenamento jurídico nacional, arcabouço legal notável que, combinado com a Lei 9099/95 dos Juizados Especiais, cunhou um novo sistema judicial de solução de conflitos de consumo, garantindo real e efetivo acesso do consumidor à Justiça, mas que, por outro lado, não evitou os conflitos de rua que foram originados por uma reivindicação e disputa consumerista que ganhou força a partir da dura repressão das forças policiais com reação popular geradora de inesperada espiral de violência. É crucial entender as razões pelas quais as manifestações populares de rua estão sendo instrumento e ferramenta reivindicatória dos consumidores, quando, na verdade, a defesa do consumidor é tutelada constitucionalmente e a defesa efetiva dos consumidores operada pelo Código do Consumidor, que, de forma exaustiva, instituiu uma política Nacional de Defesa do Consumidor, instrumentalizada pelo Estado por um sistema inesgotável de órgãos, agentes, instituições, atores, operadores, situados nos três poderes da República, tanto no Judiciário, no Executivo como no Legislativo. A doutrina, de forma despretensiosa, deve investigar as razões pelas quais os consumidores, no desespero por Justiça, procuram protagonismo na vida pública pela participação nas mobilizações sociais das manifestações de rua, organizadas pelas redes sociais, protestando contra a má qualidade do serviço público essencial de transporte e contra o aumento das tarifas do transporte público essencial. As manifestações de rua são uma alternativa para os consumidores, muitas vezes desesperados, diante da incapacidade do poder público de agir diante do desrespeito ao direito alheio? O protesto contra o aumento de "20 centavos" das passagens, no transporte coletivo urbano, motivou a revolta, mas a manifestação combate a falta de qualidade de vida do consumidor de transporte público essencial, descortinando a ausência de qualquer política pública voltada para melhoria da qualidade da mobilidade urbana, especialmente nas metrópoles. A conciliação e o diálogo no contexto do império da lei e da ordem devem ser a primeira opção e, se possível, a única? (...) Ocorre que, a falência dos serviços públicos essenciais, a carestia do transporte, o abismo social, a inacessibilidade da Justiça para a massa de consumidores, a sensação de impotência diante de um modelo de "sistema de defesa do consumidor", que parte da equivocada premissa de que o consumidor conhece seus direitos, que tem como pressuposto "o consumidor informado", sistema elitizado e que não aprendeu a dialogar com a população, todo este quadro vem gerando um clima de grande insatisfação real no país e de exaltação dos ânimos, o que requer uma tarefa de mediação do Estado, equação que não deveria se transformar em um caso de polícia. Existem falhas na interoperabilidade do sistema de defesa do consumidor, que não consegue nem sequer garantir transporte essencial com qualidade mínima e modicidade de tarifa e muito menos condições de segurança para o consumidor que amarga frustração e insatisfação com trens, ônibus e metrôs lotados e caros, sem qualidade, equação agravada pelo fato de que os fornecedores não expressam nenhuma preocupação com os consumidores, nem se sentem obrigados pelo Estado a prestar serviço público eficiente, adequado e seguro para os consumidores, nos termos da exigência legal dos arts. 20 e 22 do Código do Consumidor. Os analistas e estudiosos devem buscar a análise da pluralidade, suficiência e eficácia dos mecanismos à disposição do sistema de defesa do consumidor, como alternativa para a revolta dos consumidores nas ruas. O problema que se coloca diante dos especialistas exige que se enfrente a questão: as manifestações populares de rua, para reivindicação de direitos dos consumidores, podem ser evitadas? O aprimoramento do sistema de defesa do consumidor em busca de maior efetividade pode evitar que consumidores tenham que se valer das manifestações populares de rua para reivindicação de direitos dos consumidores? A 4ª onda a que se refere Mauro Cappelletti persegue uma ordem jurídica justa, postulado do art. 5º XXXV e LXXVIII da CF/88, para garantia no âmbito judicial e administrativo, de amplo acesso à Justiça com razoável duração do processo e os meios que garantam a celeridade de sua tramitação, todavia a promessa do Constituinte não pode se constituir numa quimera. O sistema de defesa do consumidor não pode conceber uma utopia. A tutela do Estado para defesa do consumidor não é mera fantasia do legislador. A exemplo do que vem sustentando os mais destacados atores do Judiciário, como a Min. Eliana Calmon, além de caber ao Judiciário a fiscalização de políticas públicas, a sociedade exige do Judiciário um novo papel ativo na mediação de conflitos de massa, para assumir um compromisso real com a concretização da Justiça, segundo NALINI. Nalini explica o que chama de "juiz rebelde": "Um juiz rebelde - leia-se juiz ético - não se conforma com esse estado de coisas. E muitos deles já existem. Para afirmar-se como Poder do Estado, O Judiciário precisa dos bons rebeldes. Aqueles que se não recusem a um plus. Além da produtividade na solução dos problemas, a formulação de soluções novas para a justiça. É por isso que se insiste num juiz rebelde, revoltado, teimoso e desobediente. Rebelde com causa; revoltado com a (IN)justiça; teimoso em reformar o mundo; desobediente em relação a regras superadas, formalismos estéreis e preconceitos alimentados pelo arcaísmo".

Segundo DALLARI 1 : "Muitos juízes temem a responsabilidade que decorre desse novo papel... É inegável que a nova exigência posta perante os juízes implica uma nova concepção do próprio Judiciário. Agora, mais do que nunca, é indispensável que os juízes participem ativamente das discussões a respeito de seu papel social e procurem, com serenidade e coragem, indicar de que modo poderão ser mais úteis à realização da justiça".

O ministro Marco Aurélio Mello do Supremo Tribunal Federal (STF) já vaticinou inclusive sobre a provável reação das ruas às decisões que indiquem retrocesso em nosso sistema jurídico, levantando questão acerca da necessidade da Justiça ouvir a sociedade, sob pena de desmerecer a confiança do cidadão, com evidente perda de legitimidade. Marco Aurélio

Mello em 23/07/2012 afirmou: "O juiz deve saber o que se passa na sociedade", posicionamento também adotado pelos Ministros Luiz Fux, Joaquim Barbosa e Ayres Britto".

As questões propostas são fundamentais em função da possibilidade de se desenhar um cenário com foco na visão do Judiciário, como forma de despertar o debate acerca da necessidade de ampliação dos horizontes do campo de estudo do Direito do Consumidor por uma lente singular, sob a ótica do destinatário da norma protetiva, partindo da insatisfação manifesta dos consumidores, que inconformados com as péssimas condições dos ônibus, metrôs, barcas, apelam para o protesto em manifestações de rua para exercer sua cidadania, traduzindo-se este estudo na forma de um trabalho público. O segundo argumento parte da premissa de que a sociedade brasileira deseja entender os protestos e manifestações de rua a fim de que se investigue de onde partiram e para onde apontam? Neste aspecto, é desafiadora a tarefa de aprofundar e detalhar as causas dos protestos que agravaram a crise de segurança pública exigindo um novo regramento ou marco legal para prevenir e evitar a violência contra bens públicos e privados a fim de assegurar a "Garantia da Lei e da Ordem". A Portaria Normativa Nº 3.461 /MD, de 19 de Dezembro de 2013 - MD33-M- 10 do Ministério da Defesa, invocando o inciso II do parágrafo único do art. 87 da Constituição, e o disposto nos incisos III, VI e IX do art. 1º do Anexo I do Decreto nº 7.974, de 1º de abril de 2013, autorizou o auxílio das Forças Armadas na Operação de Garantia da Lei e da Ordem (Op GLO) para, de forma episódica, em área previamente estabelecida e por tempo limitado, auxiliar as forças policiais do Estado na preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio em situações de esgotamento dos instrumentos para isso previstos no art. 144 da Constituição ou em outras em que se presuma ser possível a perturbação da ordem. Note-se que qualifica como "Forças Oponentes" (F Opn) pessoas, grupos de pessoas ou organizações cuja atuação comprometa a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio e que ameacem comprometer a preservação da ordem pública ou a incolumidade das pessoas e do patrimônio, praticados por F Opn previamente identificadas ou pela população em geral. Portanto, a turbulência política e social gerada pelas manifestações de junho de 2013 instiga e provoca a academia e todos os especialistas que integram o Sistema de Defesa do Consumidor a discutirem mecanismos efetivos de atendimento das reivindicações de consumidores pela captação de todos os agentes e organismos legitimados para tutela e defesa do consumidor evitando que consumidores sejam forçados a protagonizar "manifestações de rua" e que sejam confundidos com as "Forças Oponentes" e acusados de atentado contra ordem pública ou ameaça a incolumidade das pessoas e do patrimônio público ou privado.

WEB/ REPRODUÇÃO

(*) Este texto reproduz parte de um capítulo extraído de Monografia apresentada pelo autor ao Departamento de Estudos da Escola Superior de Guerra, como requisito à obtenção do diploma do Curso de Altos Estudos de Política e Estratégia. Os conceitos emitidos neste trabalho são de responsabilidade do autor e não expressam orientação institucional da ESG. Flávio Citro Vieira de Melo integrou a Turma ESG 65 Anos – Pensando o Brasil – CAEPE 2014.

Referências Bibliográficas:

1 - (DALLARI, Dalmo de Abreu. *O poder dos juízes*. São Paulo: Saraiva, 1996, p. 163).

A EDUCAÇÃO COMO MOTOR DAS TRANSFORMAÇÕES

Há 20 anos, a ADESG preocupava-se em conhecer não apenas a cidadania, mas, fundamentalmente, como se processava o seu exercício. Na prática, a nossa instituição buscava, muito além do conceito, mapear as práticas que fundamentavam, como fundamentam, a atuação vital da comunidade. Um tema que é mais atual do que nunca.

Na época, por iniciativa do Alte Paulo Gonçalves Paiva e da Prof. Ignez Campos Cabral, respectivamente 3° Vice-Presidente e Assessora da 3ª Vice-Presidência da ADESG, em 1995, montou-se um estudo para discutir e refletir como levar o questão da cidadania à coletividade de jovens em formação escolar básica. Para isso, foi organizado um curso de aperfeiçoamento para o corpo docente das unidades escolares, em um total de 25 horas/aula, ilustrado, entre outros itens, por conferências que analisaram itens como "Cidadania e Sociedade Contemporânea: mudanças e participação", "Cidadania e Consciência Política" e "Paz Social e Progresso na Visão Finalística do Desenvolvimento". Na justificativa para a realização do projeto, detalhado na edição da Revista da ADESG, em julho daquele ano, argumentava-se: "Numa época de crise (isto é, numa época em que grandes setores de uma cultura sofrem um deslocamento agudo, com todos os conflitos consequentes), torna-se mais forte a função de inovar, modificar, havendo maior preocupação com as causas e com a correção dos deslocamentos que são crônicos nessas crises". A ADESG via a educação como o motor das transformações, como destacava na sua premissa: "Na verdade, a educação deve auxiliar as pessoas a diagnosticarem esses desequilíbrios e a procurarem ações coletivas e individuais que levem a um novo equilíbrio. Vive-se, atualmente, uma crise moral que tem, como centro da problemática, a fragmentação dos sistemas culturais, as posições conflitantes nos vários segmentos dos conhecimentos em atividades humanas e conflitos sociais decorrentes dos tais fatos. Chegou-se a um ponto crítico tal que se tem que dar um salto qualitativo em busca do equilíbrio, principalmente no que se refere a direitos e deveres do cidadão".

Cidadania como vivência

Alte Paulo Gonçalves Paiva*
Profª Ignez Campos Cabral*

1 – INTRODUÇÃO

A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – ADESG, entidade que congrega mais de setenta mil associados em todo o território nacional, vem através de quase meio século de existência cumprindo o determinado no Art. 1º do Estatuto, que especifica como objetivos principais da Associação a preservação e a projeção dos valores morais e espirituais da nacionalidade, a difusão de conceitos doutrinários e os estudos conjunturais relacionados ao Desenvolvimento e Segurança Nacionais.

O Art. 1º da nossa Constituição estabelece que a República Federativa do Brasil é formada pela união indissolúvel dos estados e municípios e do Distrito Federal, unidos que só poderá existir tendo como fundamento, dentre outros, a cidadania.

O que se pretende, no desenvolvimento deste projeto, não é apenas conhecer a cidadania mas, fundamentalmente, conhecer como se processa o seu exercício, isto é, não só dar condições de adotar conscientemente o conceito de cidadania como fundamento da Nação, mas, principalmente, saber transformá-lo em práticas que garantam a criação e manutenção de novas e melhores situações na comunidade.

*O autor é do Turma ESG/1979 e o atual 3º Vice-Presidente da ADESG
*Da Turma ESG/1984 e Assessora da 1ª Vice-Presidência da ADESG

18

2 – JUSTIFICATIVA

A educação desempenha papel importante na vida organizada de um povo. O processo educativo tem enfoques antropológico é um processo bipolar: de um lado, é um processo de estabilização, de transmissão, de garantia, de continuidade da cultura; do outro, um processo de correção, de aperfeiçoamento, de modificação das características das gerações passadas.

Numa época de crise (isto é, numa época em que grandes setores de uma cultura sofrem um deslocamento agudo, com todos os conflitos consequentes), torna-se mais forte a função de inovar, modificar, havendo maior preocupação com as causas e com a correção dos deslocamentos que são crônicos nessas crises. Neste momento, as escolas e as outras agências de educação tem-se a sua função de transmitir pela de modificar. Os professores começam a demonstrar, também, incertezas e conflitos. Uns advoga que a função preponderante é a estabilizadora; outros, a modificadora. Assim é que professores se polarizam. Passa a existir dentro da educação, um estado de conflito nas mesmas condições da cultura maior.

Na verdade, a educação deve auxiliar as pessoas a diagnosticarem esses desequilíbrios e a procurarem ações coletivas e individuais que levem a um novo equilíbrio.

Vive-se, atualmente, uma crise moral que tem, como centro da problemática, a fragmentação dos sistemas culturais, as posições conflitantes nos vários segmentos dos conhecimentos em atividades humanas, e os conflitos sociais decorrentes dos tais fatos. Chegou-se a um ponto crítico tal que se tem que dar um salto qualitativo em busca do equilíbrio, principalmente no que se refere a direitos e deveres do cidadão.

Informações transmitidas com velocidade e volume em razão exponencial, muita vez confundem e dificultam o entendimento claro do significado dos direitos e deveres de um cidadão.

Assim, entende-se que uma forma adequada de participação da nacionalidade é proporcionar reflexão e discussão sobre o tema cidadania a uma coletividade de jovens em sua formação escolar básica que, sem dúvida, constitui o futuro promissor de uma nação, sensibilizando-a para os direitos, deveres e responsabilidades do cidadão.

Um projeto visando à formação para a cidadania só terá probabilidade de êxito se envolver institucionalmente a escola, sobretudo o segmento mais diretamente engajado no processo, isto é, os professores.

A organização de certas ideias cívicas, o esclarecimento isento sobre as realidades da Nação, a valorização da história e da cultura, só produzirão os efeitos desejados ocorrendo num contexto de seriedade disciplina, onde o exemplo dos educadores – e estes são todos os que militam na escola – seja o do respeito

Segurança & Desenvolvimento Ano XLIV – Nº 218 – 1995

"EU NÃO SABIA!"

Por **Marcio Tadeu Bettega Bergo** (*)

A "amnésia" causada pela crise de valores está retirando a graça das anedotas.

Estamos em pleno Século XXI, vivemos a "era da informação". O conhecimento é uma das maiores riquezas estratégicas existentes e os dados conectados permitem confeccionar cenários prospectivos, identificar ameaças e descobrir oportunidades. O sociólogo espanhol Manuel Castell, em fins do século recém-terminado, em sua obra "A sociedade em rede", analisando o que ele denomina de "sociedade informacional global", diz: "*...nos últimos vinte e cinco anos deste século que se encerra, uma revolução tecnológica, com base na informação, transformou nosso modo de pensar, de produzir, de consumir, de negociar, de administrar, de comunicar, de viver, de morrer e de fazer a guerra*". A tecnologia disponível permite fazer muito, basta querer.

A modernidade nos trouxe muitos confortos para a vida, embora a distribuição dos bens e serviços disponíveis ainda esteja longe de ser equitativa e pode ser considerada muito injusta: pequena parcela da população mundial consome a maior parte dos produtos. É uma tarefa enorme corrigir as distorções.

Ocorre ainda que a época contemporânea, além das inovações tecnológicas e benefícios físicos, também carreou consigo sensíveis transformações comportamentais, em especial nas camadas mais bem aquinhoadas economicamente. A ética, herdada da antiguidade greco-romana, base da nossa cultura ocidental, sofre constantes "bombardeios", fazendo alternâncias significativas na anuência de certos atos ou costumes. E infelizmente o nosso País não atravessa incólume a esta "onda" e é acometido por um sério problema, uma notável crise de valores. Nosso inconsciente coletivo padece de moral "flutuante" e vivencia uma troca sensível dos parâmetros indicadores de atitudes éticas e comportamentos aceitos socialmente. Nesse contexto, o "desconhecimento" deixou de ser um atributo fortuito e se converteu em algo similar a uma "ferramenta de trabalho", pelo menos para significativa parcela de nossas lideranças, em especial políticas e econômicas. Há uma epidemia de "amnésia" à solta no Brasil!

O mais incrível é isso acontecer numa época em que os meios de registro, difusão de notícias, comunicações e monitoramento são mais e mais amplos, abrangentes e capazes. Hoje, todo mundo pode saber de tudo, qualquer um tem condições de se inteirar da quase totalidade dos assuntos que lhe interessam, sendo necessário somente querer e ter noções de como e onde procurar. Na rede mundial de computadores se encontra um manancial inesgotável de dados, verdadeiros e falsos, há que se filtrar. Nas chamadas "redes sociais", as pessoas se expõem cada vem mais, publicando desde o lugar onde se encontram num dado momento até o cardápio do restaurante em que estão jantando, passando por compras e relações amorosas. Por fim, os órgãos oficiais de Estado e as empresas possuem mecanismos tanto de controle (para contabilizar, acompanhar e prestar contas a quem de direito) quanto de segurança (para proteger dados e evitar intrusões inadequadas).

No mundo atual é imperioso conjugar (e praticar!) o verbo "saber". No entanto, por incrível que possa parecer, existem muitas exceções: cidadãos, importantes inclusive, que trafegam na contramão. Entre eles, encontramos indivíduos que, por dever de ofício e pela natureza dos cargos que ocupam, deveriam ter noção do que se passa sob sua esfera de atribuições. Essa gente, desmemoriada, nunca sabe de nada!

Contudo, observando o fenômeno mais atentamente, surge a dúvida: será que eles "*não sabem*", mesmo? Ou "*não querem saber*"? Isso faz uma enorme diferença e como faz!

O ponto marcante deste estado de coisas pode ser encontrado em tempos recentes, quando um líder nacionalmente conhecido, de temperamento populista, que chegou a ocupar altíssimo cargo, diante de diversas insinuações, acusações ou questionamentos relativas a fatos errados, alegava costumeiramente que "*não sabia de nada*". Em pouco tempo, a frase "*Eu não sabia!*" tornou-se como que "*marca registrada*" no repertório nacional, passou a ser invocada ao menor "*sinal de perigo*".

A "*praga*" infelizmente alastrou-se como fogo em capim seco e os seguidos escândalos, fraudes, ações condenáveis, falcatruas, embustes em geral e mesmo crimes são, cada vez mais, justificados sob tal argumento, o agora famigerado "*Eu não sabia!*":

- Ministro, tem agentes públicos desviando recursos, já foram arrolados em processo!
- Em nosso ministério? Eu não sabia!
- Secretário, sua conta no exterior não consta na declaração de bens, a Receita está investigando.
- Conta em moeda forte, no exterior, minha? Eu não sabia!
- Superintendente, como o senhor justifica a contratação de parentes seus para cargos públicos?
- São meus parentes? Eu não sabia!
- Diretor, como foram assinados estes contratos milionários sem licitação?
- Licitação? Eu não sabia!
- Deputado, como o seu partido recebeu tantas doações financeiras destas empresas que agora foram contratadas para grandes obras?
- Recebemos doações? Eu não sabia!
- Gerente, a polícia está investigando as contas milionárias em nossa agência.
- O quê? Temos contas milionárias? Nesta agência? Eu não sabia!
- Patrão, nossa organização recebeu recursos financeiros...
- O quê? Mas eu não sabia de nada!
- Chefe! Os diretores da nossa matriz internacional foram presos em outro país, pelas fraudes nos contratos e a polícia virá nos investigar, temos contratos aqui...
- Mas eu não sabia, nunca vi nada... eu nem estava aqui, não pertencia a este órgão, fui contratado diretamente para este cargo de chefia, cheguei agora, eu era só membro do Conselho Fiscal, mas desconheço qualquer contrato...

E por aí vai. O cinismo não encontra barreiras nem a imaginação conhece fronteiras...

E em nosso dia-a-dia, como decorrência, tal conjuntura acabou por retirar a graça das piadas sobre os maridos traídos.

Pois é! Antigamente, o homem enganado pela mulher, vulgarmente conhecido como "corno", era o último a saber. Alvo de chacotas e gracejos, seguia apontado como desconhecedor até do óbvio. Hoje, entretanto, estes, coitados, já não estão mais solitários no degrau inferior da escala do "*estar informado*".

Por isso, a comicidade de cenas como a do marido chegando mais cedo em casa e flagrando a esposa com outro, do amante escondido no armário ou embaixo da cama, do homem nu fugindo pela janela, correndo com suas roupas nas mãos, e tantas mais envolvendo um sujeito genericamente chamado de "Ricardão", agora repousa apenas na memória, dificultando a tarefa dos contadores de anedotas, forçados a múltiplas peripécias para fazer rir de situações que perderam a *aura* de provocar hilaridade. O *corno* já não é mais o último a conhecer os fatos, a fila depois dele se tornou volumosa, tantos são os desinformados. Da mesma forma, "Ricardo" agora não é mais o grande beneficiário da ignorância e da nescidade alheia: muitos outros auferem ganhos inimagináveis quando alguém, que devia saber, nada sabe!

Assim, para rir destas piadas, quem sabe então se tente mudar o seu foco? Uma solução seria alterar o olhar sobre as infidelidades conjugais, inserindo-as nas novas condicionantes conjunturais brasileiras:

- Doutor, sua amante está reclamando que a empresa fantasma, que contratamos numa licitação fraudulenta para repassar a ela a mesada, está atrasando os depósitos.
- O quê? Eu tenho uma amante? Eu não sabia!

Pano, rápido!

(*) *Adesguiano, Turma 2005 do CAEPE/ESG; Antigo 2° Vice-Presidente da ADESG*

Martine e Khaena: premiação em 2014, no Rio.

UM GESTO QUE DIZ TUDO

No pódio do Pan, o sucesso do programa de apoio das Forças Armadas aos esportes de alto rendimento

Durante os Jogos Pan-Americanos 2015, em Toronto, no Canadá, uma atitude chamou atenção: atletas brasileiros prestando continência no pódio diante da bandeira do Brasil. Dos 600 integrantes da delegação brasileira, 123 atletas eram militares. A saudação é prevista no Regulamento de Continências, Honras e Sinais de Respeito, das Forças Armadas. Nos últimos anos, o Comitê Olímpico do Brasil (COB) firmou parceria com o Ministério da Defesa para a incorporação de atletas olímpicos. Embora, no passado, atletas militares tenham participado de grandes eventos esportivos – Pelé, em 1959, era soldado e era comumente fotografado em uniforme – o Programa de Alto Rendimento dos Ministérios da Defesa e do Esporte, implantado pouco antes de 2011, quando o Rio sediou os Jogos Mundiais Militares, ganhou agora mais visibilidade. Recentemente, no Mundial da Holanda, as jogadora de vôlei de praia Ágatha e Bárbara exibiam a tatuagem que as identificava como da Marinha. No ano passado, Martine Grael e Kahena Kunze, do iatismo, receberam o Prêmio Brasil Olímpico vestindo uniforme de gala da Armada. Muitos atletas, selecionados por meio de editais, se incorporam à Marinha, Exército e Aeronáutica como forma de obter apoio para treinamentos e suporte para que possam aprimorar os seus fundamentos esportivos em cada modalidade. Tais atletas têm direito a benefícios como salários, 13º, locais de treinamento, plano de saúde e bolsas do Ministério do Esporte. De acordo com um cronograma que concilia os treinamentos e as atividades militares, eles participam de um estágio que inclui marchas, aulas de tiro e patrulha. O Comitê Olímpico Internacional (COI) tem regras rígidas quanto a manifestações nos pódios. Mas, segundo nota oficial divulgada pelo COB, continência, no caso, não é posicionamento ideológico, mas um sinal de patriotismo. "O militar da ativa deve, em ocasiões solenes, prestar continência à bandeira e aos hinos nacionais de países amigos. Esses atletas não são militares apenas quando estão fardados, mas sim todo o tempo", explica a nota dos dirigentes olímpicos brasileiros. "Somos ensinados que, sempre que o hino toca, o militar, por respeito, tem de prestar continência e ficar em posição de sentido. É uma forma de respeito pela minha bandeira e meu país", disse o nadador Léo de Deus, medalha de ouro em Toronto, em declaração divulgada pelo Ministério da Defesa. Léo, ao lado de muitos medalhistas de várias modalidades, como judô, natação, atletismo e remo, saudou a bandeira no Brasil, durante a execução do hino nacional. Não houve ordem direta dos comandantes para que os atletas prestassem continência durante as cerimônias de premiação. Segundo o Ministério da Defesa, os brasileiros tomaram essa atitude por serem militares e obedeceram ao decreto 2.243, de 1997, que determina a saudação à bandeira nacional. Além disso, após a repercussão na rede social, entre apoio e críticas, os atletas ressaltaram a importância do programa para os seus treinamentos para futuras competições, como as Olimpíadas do Rio de Janeiro, e para a formação e desenvolvimento de novos talentos.

Durante entrevista coletiva em Toronto, Carlos Arthur Nuzman (presidente do COB), Marcus Vinicius Freire (diretor executivo) e Bernard Rajzman (chefe de missão no Pan) fizeram um balanço da participação brasileira no Pan, onde 40% dos atletas subiram ao pódio. Ressaltaram que algumas medalhas previstas não vieram - o desempenho do atletismo, por exemplo, que passa por um momento de transição, ficou abaixo do esperado, mas o Brasil atingiu sua meta e com um destaque positivo e promissor: "75% dos atletas foram ao Pan pela primeira vez, sendo que 50% deles têm menos de 25 anos", disse Marcus Vinicius Freire, sobre o momento de renovação de talentos.

Na página do Ministério da Defesa, o medalhista Léo de Deus

MD

FIVB

Ágatha e Bárbara: tatuagem militar na conquista do Mundial 2015, na Holanda.

MD

Equipe de natação, revezamento feminino, Larissa, Graciele, Etiene e Daynara no pódio do Pan 2015.

FOTOS: ASS. COM. DEPA

Cerimônia de abertura dos Jogos no Estádio Mark Clark, da AMAN

IX JOGOS DA AMIZADE

COMPETIÇÃO E CONGRAÇAMENTO

O Exército Brasileiro, por intermédio do seu Departamento de Educação e Cultura, comandado pelo Gen Ex Ueliton José Montezano Vaz, e da Diretoria de Educação Preparatória e Assistencial, realizou, no período de 11 a 16 de julho, os IX Jogos da Amizade. O evento, que ocupou as instalações da Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN), em Resende, RJ, contou com a participação de cerca de 1500 alunos oriundos de 12 cidades-sede do Sistema Colégio Militar do Brasil e foi aberto ao público. Nas pistas, campos e quadras, com patrocínio da Poupex e apoio do Ministério dos Esportes, foram disputadas provas nas modalidades basquete, handebol, vôlei, futebol, judô, atletismo, pentatlo moderno e xadrez. O objetivo dos Jogos é promover o congraçamento entre os Colégios Militares, desenvolver os valores necessários à formação do cidadão, como respeito, cidadania, amizade, camaradagem, patriotismo, e estimular a prática desportiva e cultural como instrumento de desempenho escolar. Desde a década de 1970, há competições esportivas entre os Colégios Militares, mas os encontros se intensificaram a partir de 1994, entre unidades do Sul e Sudeste. Em 2004, foram realizados os I Jogos da União que, desde 2005 se chamam Jogos da Amizade.

Entre as modalidades do evento esportivo, a competição de esgrima.

De forma inédita, ocorreu nestes IX Jogos uma competição paralela entre os 12 Colégios Militares, o Zumzaravoice, momento em que cada colégio realizou sua apresentação cultural. O Sistema Colégio Militar do Brasil se orgulha, também, por ter iniciado a formação de atletas de alto nível que, nos dias atuais, são cidadãos conscientes de seus deveres e direitos em busca de uma sociedade cada vez mais justa.

REPRODUÇÃO/VILHENA

Uniforme do Primeiro Regimento de Linha

OS SOLDADOS BAIANOS NO FINAL DA ÉPOCA COLONIAL

Por **Hendrik Kraay,** ***Universidade de Calgary*** (*)

As cidades brasileiras do final de época colonial tinham uma forte presença militar. Em 1808, os três regimentos de Salvador contavam com mais de 2.000 homens, um efetivo que cresceu para mais de 3.000 homens em 1817. Soldados eram uma parte expressiva da população soteropolitana, que não passava de 50.000. Mas, quem eram esses soldados?

Segundo o professor de grego Luis dos Santos Vilhena, que descreveu a cidade na década de 1790, eles eram "exemplares" somente em sua "insubordinação e insolência". Muitas autoridades lamentavam a dificuldade de recrutar homens para a "profissão militar, que todos olhavam com horror". O viajante inglês Thomas Lindley, que passou pela Bahia em 1802, descreveu a artilharia como "o conjunto de seres mais andrajoso que jamais foi honrado com o nome de soldados". As muitas penas de morte e os castigos corporais previstos nos Artigos de Guerra levaram historiadores a sugerir que esses soldados se assemelhavam a escravos.

Os críticos viam apenas um lado da vida dos soldados. Apesar do recrutamento forçado – muito criticado à época – a maioria das praças se conformava ao serviço. Taxas de deserção andavam em 10 por cento ao ano, altas para os padrões dos exércitos contemporâneos, mas muitos desertores voltavam ao serviço por meio de indultos. Luiz Gonzaga, um dos envolvidos na Conspiração dos Alfaiates de 1798, que se dizia incapaz de tolerar "a sujeição em que vivo, aturando cabos de esquadra e cadetinhos", desertou três vezes, mas recebera dois indultos, um dos quais o absolveu de duas deserções.

Alguns dos recrutados à força fizeram longas carreiras no Exército: de 1806 a 1819, Manoel José Vieira ascendeu às graduações inferiores até receber patente de alferes; foi reformado major em 1837. Vinte e seis soldados velhos que deram baixa em 1817 haviam servido por uma média de mais de trinta e seis anos.

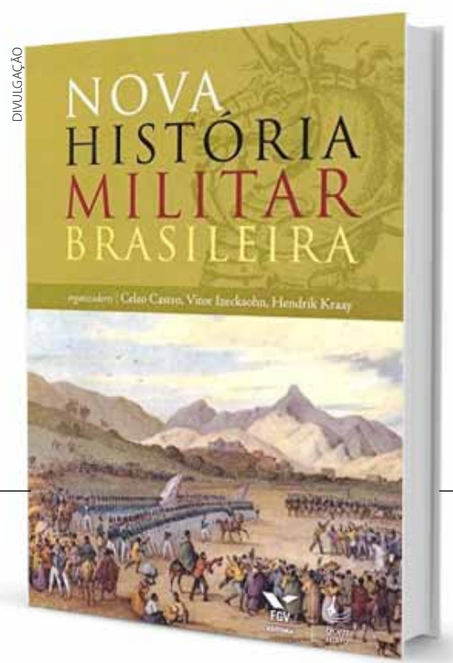
Em torno dos fortes e dos quartéis, havia uma comunidade relativamente estável. Vilhena criticou as quitandeiras negras que se aglomeravam em torno dos quartéis para vender "imundas viandas" aos soldados. Contudo, elas eram essenciais ao funcionamento do Exército, já que este não fornecia etapas aos soldados. O Quartel da Palma tinha 108 alojamentos separados para soldados casados. Um dos soldados conspiradores de 1798, Caetano Veloso, era casado com a filha do pífano do Primeiro Regimento.

Muitos soldados foram licenciados durante parte do ano e viviam dos seus ofícios quando não aquartelados. Em 1798, o soldado Lucas Dantas morava numa pequena loja onde fazia arcas e bengalas de madeira e consertava móveis e equipamentos dos seus camaradas. Quem não tinha "ofício ou meios de poder granjear coisa alguma além do seu soldo", como o soldado José Joaquim de Siqueira, vivia pobremente.

A princípio, os soldados deveriam ser homens brancos, pois o serviço ao rei era entendido como uma honra, mas a dificuldade de recrutar obrigou as autoridades a aceitarem homens pardos; Vilhena observou que não havia "muito pejo assentar-lhes praça" e as instruções de 1816 mandavam recrutá-los desde que sua "cor não seja mui fusca".

Embora convivessem com escravos nas ruas e compartilhassem com eles a sujeição ao castigo corporal, os soldados acreditavam distinguir-se de cativos. Quando repreendido em 1815, um cabo retorquiu que seu capitão "só poderia fazer calar os seus negros". Dantas queixou-se "da escravidão em que [os soldados] viviam, sujeitos aos coronéis e superiores e à severidade dos castigos".

Os ideais de liberdade e igualdade manifestados em 1798 tinham forte apelo entre soldados; Dantas esperava que todos vivessem "em liberdade e igualdade sem sujeição a outros; e não subordinados, e sujeitos a superiores [...] e à severidade dos seus castigos [...] como as tropas de linha". Por um lado, era uma declaração altamente radical e seu envolvimento no complô o levou, juntamente com Gonzaga e mais dois homens, à forca; por outro lado, que soldado nunca sonhou em se ver livre de seus oficiais?



DIVULGAÇÃO

(*) **HENDRIK KRAAY** *é professor, chefe do Departamento de História, e diretor interino do Centro de Estudos Latinomericanos da Universidade de Calgary (Canadá). É autor de Política racial, Estado e forças armadas na época da Independência: Bahia, 1790-1850, São Paulo, Hucitec Editora, 2011. Com Celso Castro e Vitor Izecksohn, organizou a coletânea, Nova história militar brasileira, Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas e Bom Texto, 2004.*

Adesguianos em Portugal. Na agenda dos visitantes, uma maior aproximação com a representação local da ADESG, palestras e contatos com intelectuais, universitários e instituições portuguesas.

VISITA DA ADESG À EUROPA

Por **V. Alte. Ricardo Antônio da Veiga Cabral – Presidente da ADESG** (*)

Com o objetivo de estreitar o relacionamento da ADESG com nossa representação na Europa, uma comitiva chefiada por este presidente e integrada por 23 pessoas (adesguianos e esposas) partiu para Lisboa, no dia 14 de maio passado. Durante 15 dias, sendo nove em Portugal e o restante na Inglaterra, a delegação manteve encontros com a Associação de Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN), com o Instituto de Defesa Nacional (IDN) e com os presidentes das Câmaras Municipais das cidades de Lisboa, Vila Nova de Gaia, Braga e Guimarães, ressaltando que os presidentes das Câmaras equivalem aos nossos prefeitos.

A nossa incursão internacional proporcionou excelentes oportunidades para o debate de problemas comuns e o reatamento de valioso contato – que há muito não vínhamos tendo oportunidade de fazê-lo – com instituições análogas.

Destacamos o excelente desempenho de nosso representante local, Dr. Artur Victória que, juntamente com o adido do Exército e da Aeronáutica em Portugal, Cel. Claudio Casali, nos proporcionou visitas tanto oficiais quanto turísticas a inúmeros locais de interesse, inclusive ao Santuário de Fátima, bem como o apoio logístico essencial, como hotéis de trânsito (messes) em Lisboa e no Porto e ônibus para os deslocamentos no sul do país tanto em Setúbal, Estoril, Cascais e Sintra, como no norte, às cidades citadas no alto, além de Santarém e Viana do Castelo.

O presidente da ADESG realizou na Universidade do Minho (Escola de Direito), no dia 21 de maio, sob o tema "O Brasil e o seu Entorno Estratégico", uma conferência a que compareceram oficiais brasileiros, demais discentes da universidade e os membros da comitiva adesguiana.

Destaque-se, por oportuno, o encontro com o intelectual e conferencista português, Dr. Fernando de Souza, quando foram discutidos temas como Planejamento Estratégico, em vistas a desenvolver o assunto em nossos órgãos de ensino superior equivalentes.

A visita a Portugal coincidiu com as comemorações dos 70 anos da passagem do contingente da Força Expedicionária Brasileira (FEB) por Lisboa, no regresso de sua participação na 2ª Guerra Mundial, fato histórico que foi pontuado durante os encontros.

Em Londres, os representantes da ADESG foram recepcionados no aeroporto pelo Adido Naval do Brasil, Capitão-de-Mar-e-Guerra Denilson Nôga, que ofereceu um jantar, em sua residência, à comitiva e, atenciosamente, acompanhou o embarque da missão brasileira na volta ao Rio de Janeiro.

Na sede da representação da ADESG no Porto: da esq. para a dir., Dr. Vitor Rodrigues, presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia; V. Alte Ricardo A. da Veiga Cabral, presidente da ADESG; Dr Artur Victória, representante da ADESG na Europa; Cel. Cláudio Casali, Adido do Exército e da Aeronáutica em Portugal e, ainda, assessores das instituições.

Por **Waldice de Camargo Barroso** (*)

VIAGEM A PORTUGAL: CULTURA, HISTÓRIA E PRAZER

A chegada em Lisboa foi tranquila apesar do frio cortante às cinco da manhã. À nossa espera, havia um ônibus militar que nos levou à Messe de Caxias. Nossa primeira visita foi ao IDN (Instituto de Defesa Nacional). O General Victor R. Viana apresentou os cumprimentos de boas vindas à nossa comitiva, que era liderada pelo presidente da ADESG, V. Alte Ricardo Antonio da Veiga Cabral. Logo após a Profª Doutora Isabel Nunes nos explicar o funcionamento do Instituto, o Major-General Rui Clero, representando o ministro da Defesa Nacional, discorreu sobre o Planejamento Estratégico daquela entidade.

O dia seguinte foi dedicado a Setúbal, com agenda organizada pela Associação dos Auditores dos Cursos de Defesa Nacional (AACDN). Fizemos uma pausa em um restaurante de rodízios de peixe bem situado em um deslumbrante cenário à beira mar. Peixes saborosos e diversos outros frutos do mar, harmonizados com vinhos da terrinha.

Em meio aos compromissos, tivemos em Lisboa um dia livre, mas ocioso é que não foi. As meninas partiram para o Rossio, rumo às compras, que ninguém é de ferro. Estávamos em um grupo seleto, de gente bacana. A noite foi gloriosa: clube do fado em Alfama. Incrível como os cantores se concentram à nossa vista. Respiram fundo, fecham os olhos, ajeitam o xale e surge aquela enxurrada de cantos sofridos e pungentes direto para o fundo de nossas almas. Com aquelas lindas vozes, levam-nos para um lugar entre o céu e a terra; o nada e o tudo. De Lisboa, partimos para Santarém, cidade histórica, onde está o túmulo de Pedro Álvares Cabral. Depois, Fátima. Lugar sagrado, com a Mãe de Deus a rogar por nós. Continuamos nossa viagem para o Porto. Na chegada ao Quartel de S. Ovídio, fomos recebidos por representantes da Guarda Militar Portuguesa. O quartel ocupa todo um quarteirão. Serviu também de albergue para o 2º Regimento da Infantaria do Porto e de prisão para os invasores franceses. Depois de bem instalados na Messe do Porto, partimos, eu e Luiz (**), para Carrazedo de Montenegro, a cerca de 200km do Porto. Ele queria conhecer a terra de sua origem. Paramos no Cartório de Vila Real onde, em poucos minutos, Luiz verificou os nascimentos de um tio e do próprio pai, manuseando o livro de registros da época. Se, por acaso, essa procura fosse num certo país que tanto amo... Conhecer a terra do patriarca era o desejo de toda a família Barroso, há muito tempo. Nossa ida a Portugal foi, também, para o Luiz realizar o sonho de descobrir "in loco" suas origens.

O compromisso seguinte foi na Casa Barbot, espaço cultural em Vila Nova de Gaia, onde assistimos a uma conferência do Cel. Claudio Casali, Adido do Exército e Aeronáutica em Portugal, sobre "Tiradentes e a Liberdade", além de um relato sobre a participação brasileira na 2ª Guerra Mundial e os 70 anos da passagem da FEB por Portugal complementado por uma elaborada exposição fotográfica mostrando os nossos pracinhas e seus comandantes. Comovente e elucidativa essa palestra. Visitamos também a Câmara Municipal, onde fomos obsequiados pelo Prof. Dr. Vitor Rodrigues com sua simpatia e amizade. Na sequência, partimos para a sede da representação da ADESG e para o futuro Museu Pedagógico Luso Brasileiro, guiados pelo querido advogado Dr. Artur Victória, sorriso constante, a nos narrar as coisas boas do seu Portugal. Ainda tivemos um minicruzeiro pelas águas do rio Douro, sob as famosas seis pontes; e a vista dos casarios, castelos e conventos. Na verdade, quanto mais viajamos, principalmente a Portugal, voltamos com aquele gostinho de quero mais. Em nosso caso, ainda havia a convivência amistosa com nossos companheiros de viagem. Saudades, muitas saudades. De tudo mesmo. Valeu demais.

(*) **WALDICE DE CAMARGO BARROSO** *é jornalista*
(**) **LUIZ FELIZARDO BARROSO**, *diretor do Departamento Jurídico da ADESg*

FOTO AGUIBERTO LIMA/FOTOS PÚBLICAS

A foz do Douro e as cidades do Porto e Vila Nova de Gaia

ARNALDO NISKIER É DA TURMA ÁLVARO ALBERTO

O professor e jornalista Arnaldo Niskier, hoje com 80 anos de idade, foi aluno do Centro de Instrução de Oficiais da Reserva da Marinha (CIORM), na década de 50. Completou o curso e chegou ao posto de Segundo Tenente (IM). Em 1976, frequentou a Escola Superior de Guerra, na Urca. Pertenceu à Turma Almirante Álvaro Alberto, como aluno aplicado. Ao longo da sua carreira, inclusive como homem público, foi Secretário de Estado quatro vezes: Ciência e Tecnologia (1968-1971), Educação e Cultura (1979-1983), Cultura (2004-2006) e Educação (2006). Entre suas grandes realizações, pode-se assinalar a inauguração do Planetário da Gávea e a construção de 88 escolas de educação básica, no Rio de Janeiro, durante um só período de Governo.

Em função das suas múltiplas atividades, recebeu uma série de comendas do Governo Federal, entre as quais pode-se assinalar a Ordem do Mérito Naval, a Ordem do Mérito Militar, a Ordem do Mérito Aeronáutico, a Ordem do Mérito Rio Branco, a Ordem do Mérito do Trabalho e a Ordem Nacional do Mérito Educativo, esta última recebida das mãos do então ministro Jarbas Passarinho.

De governos estrangeiros, recebeu a Legião de Honra da França, a Ordem do Mérito de Portugal e o Leão da Finlândia (Arnaldo Niskier foi cônsul deste país no Rio de Janeiro durante 13 anos).

Como jornalista, trabalhou durante 37 anos na Empresa Bloch, que editava a Revista Manchete, da qual foi chefe de reportagem. Dirigiu e apresentou, na TV Manchete, o programa "Debate", que era levado ao ar aos domingos à noite, com muito sucesso. Muitas das suas entrevistas tornaram-se inesquecíveis, como a que foi feita com o então Presidente João Baptista Figueiredo e uma outra que focalizou a figura de Tancredo Neves, logo depois de ser eleito governador de Minas Gerais.

Além dessas atividades, Arnaldo Niskier é autor de diversos livros. Pertence desde 1984 ao quadro da respeitável Academia Brasileira de Letras, da qual foi presidente por dois anos: 1998-1999. Entre suas realizações conta-se a criação da Biblioteca Rodolfo Garcia, hoje a mais moderna do Brasil, situada no centro da cidade.

O nosso homenageado é presidente do Centro de Integração Empresa-Escola (CIEE) do Rio de Janeiro e exerce também as funções de vice-presidente do CIEE/Nacional, que oferece estágios a mais de 500 mil jovens brasileiros.

Uma visão geral da Fortaleza, destacando-se, em branco, as muralhas seculares.

Na casamata, as baterias de canhões do Forte São José.

FOTOS DE TANIA REGO/AG.BRASIL

O portal histórico da fortificação que marca o local da fundação da cidade do Rio de Janeiro.

FORTALEZA DE SÃO JOÃO:

O MARCO ZERO DOS 450 ANOS DO RIO DE JANEIRO

A Fortaleza de São João, edificada na península oeste da barra da Baía da Guanabara, está intima e estrategicamente ligada à história do Rio de Janeiro. Foi ali que, em 1° de março de 1565, Estácio de Sá desembarcou com seus 300 soldados na praia entre o Pão de Açúcar e o morro Cara de Cão. Diante da necessidade de defender a terra da invasão francesa, a construção de um reduto para a Guarda de Defesa e os fundamentos de uma povoação se tornaram os marcos históricos da fundação do Rio de Janeiro em 1° de março daquele ano. Nos anos seguintes, com a consolidação do domínio português, os redutos primitivos foram reforçados com várias baterias (São Martinho, São Teodósio, São José e São Diogo). Foi esse conjunto de fortificações que, em 24 de junho de 1618, recebeu o nome de Fortaleza de São João. Até 1991, o local foi guarnecido por Grupos de Artilharia de Costa. Além do Museu Histórico da Fortaleza de São João, funcionam, atualmente, no território que Estácio de Sá defendeu por dois anos (em 1567 a cidade foi transferida para o Morro do Castelo e, no dia 20 de janeiro do mesmo ano o fundador foi ferido por uma flecha, morrendo um mês depois), a Diretoria de Pesquisa e Estudo de Pessoal (DPEP), a Escola de Educação Física do Exército, o Instituto de Pesquisa de Capacitação Física do Exército, a Escola Superior de Guerra e o Museu do Desporto do Exército.

Rios: um horizonte de possibilidades para a logística brasileira. Na foto, a hidrovia do Rio Madeira.

FOTO MT

HIDROVIAS: UM INVESTIMENTO PRIORITÁRIO

Investir em hidrovias e na cabotagem pode ser solução para melhorar a logística e defender a sustentabilidade no Brasil. Segundo os professores Antonio Freitas e Ana Tereza Spinola, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), a infralogística brasileira precisa ser repensada. Com o quarto maior potencial hidroviário do mundo, o país desperdiça uma grande oportunidade de crescimento econômico. Para os especialistas da FGV, o potencial hidroviário somado a uma costa marítima de mais de 7,5 mil quilômetros e 30 portos, é surpreendentemente subutilizado. "Por que não investimos mais e aproveitamos melhor a nossa riqueza hidrográfica, o que tornaria os custos de transporte até 50% inferiores aos atuais, além de garantirmos mais segurança e benefícios socioambientais? Atualmente, aproveita-se apenas 28% da nossa capacidade, ou seja, 14 mil quilômetros. Os Estados Unidos têm 41 mil quilômetros de hidrovias, nove a menos que o Brasil, mas todos são usados regularmente", questionam os professores. Segundo dados do Banco Mundial, o Brasil poderia chegar a 50 mil quilômetros de hidrovias, ficando atrás somente da China (110 mil km), Rússia (102 km) e União Europeia (52 mil km). A solução, segundo os professores da FGV, é investir nos transportes via hidrovia e cabotagem, modernização da frota de navios e barcaças, e integração multimodal, revertendo, assim, a forte dependência das rodovias, que têm custos três vezes maior que as ferrovias e são até nove vezes mais dispendiosa que o fluvial. Na matriz de transporte brasileira, essa modalidade representa 65,6%, enquanto as ferrovias detêm 19,5% de participação; a cabotagem, 9,5%; dutoviários, 3,4%; e as hidrovias representam apenas 1,8%. Em um cenário de crise, o investimento na infraestrutura das hidrovias torna-se um importante caminho para a retomada do crescimento e para superar, de uma vez por todas, o gargalo de infraestrutura que se apresenta como um dos principais entraves à logística no país. (***Fonte:*** *FGV*)

UNIDOS PELO IDIOMA E PELA COOPERAÇÃO

O Diário Oficial da União publicou no dia 10 de julho um decreto que não ganhou muita repercussão mas é de grande importância geopolítica. Os Estados Membros da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP) contam, agora, com o Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa, com o objetivo de promover e facilitar a cooperação entre as nações integrantes da CPLP por meio da coordenação de atividades, entre elas a de conhecimentos em defesa militar, a promoção de política de parceria conjunta para o setor e o desenvolvimento de capacidades internas para fortalecer as Forças Armadas do grupo. O documento que agora é lei foi elaborado em setembro de 2006, na cidade de Praia (capital de Cabo Verde). Na ocasião, houve assinaturas do Brasil, de Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe, mas o acordo era gestado desde 1996, quando ocorreu a primeira Conferência de Chefes de Estado e de Governo dos Países de Língua Portuguesa. O protocolo estabelece três objetivos para os países signatários: o entendimento político-diplomático; a cooperação econômica, social, cultural, jurídica, técnico-científica e de defesa; e a promoção e difusão da Língua Portuguesa. E garante o prosseguimento da série de exercícios conjuntos da "Operação Felino", focada no adestramento integrado dos militares para atuação em missões de paz e de assistência humanitária.

VITAL DE OLIVEIRA: NOVO NAVIO DE PESQUISA

O oceanógrafo Moacyr Araújo, professor da Universidade Federal de Pernambuco, coordena a primeira missão científica do Navio de Pesquisa Hidroceanográfico (NPqHo) Vital de Oliveira, incorporado à Marinha no último dia 23 de julho e comandado pelo capitão-de-fragata Aluízio Maciel de Oliveira Júnior. Já na viagem inaugural – da Cidade do Cabo até o Rio de Janeiro – 18 pesquisadores coletaram dados físicos, químicos e biológicos do oceano, além de dados da atmosfera. O navio pesa 3,5 mil toneladas e tem embarcado um robô. "O Vital de Oliveira possibilitará o conhecimento das riquezas naturais do Oceano Atlântico, sejam elas vivas (potencial para biotecnologia, medicamentos, por exemplo) ou não (recursos minerais, como o petróleo, por exemplo)", conclui o oceanógrafo. Segundo o comandante Oliveira Junior, "a ampliação da pesquisa no mar vai resultar em mais riquezas e uma mudança total nos rumos do estudo oceanográfico brasileiro". (***Fonte:*** *MCTI*)

Vital de Oliveira: Marinha recebe nova plataforma para pesquisas científicas.

MB

em tempo

EDSON SCHETTINE DE AGUIAR

A delegação da ADESG-PR em visita ao Rio foi recebida pelo Subcomandante da ESG, Gen Div Eduardo Diniz.

ADESG-PR VISITA A ESG

Representantes da Delegacia da ADESG-PR visitaram as instalações da Escola Superior de Guerra, no Rio de Janeiro. A comitiva conheceu o campus da instituição, na Urca, onde foi recepcionada pelo Subcomandante da ESG, Gen Div Eduardo Diniz e por integrantes do Centro de Atividades Externas e de Extensão, entre os quais o seu diretor, C Alte (RM1-FN) Nilton Moreira Salgado, que fez uma explanação sobre a Escola. Na ocasião, o delegado da nossa representação no Paraná, Cel Antonio Carlos da Silva Figueiredo, relatou os trabalhos realizados e os projetos em andamento por ocasião do 45° aniversário da ADSG-PR

FEB, 70 ANOS: EDIÇÃO COMEMORATIVA EM ITALIANO

A Biblioteca do Exército homenageia os 70 anos da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com uma edição especial, em italiano, da Revista do Exército. A publicação, com 114 páginas, editada pelo diretor da BiBliEx, Cel Cav Eduardo Scalzilli Pantoja, destaca na capa os artigos do Cel Helder Antunes Ramiro de Lima, Gen Marcio Tadeu Bettega Bergo, Cel Claudio Skora Rosty e Cel Edson Skora Rosty, do corpo redacional da revista.

HERÓIS DA LIBERTAÇÃO: ITALIANOS HOMENAGEIAM PRACINHAS

Em meio às comemorações dos 70 anos do fim da Segunda Guerra Mundial, Pistoia, uma das bases operacionais da FEB, celebrou a atuação dos pracinhas na Itália. A cidade, hoje com quase 100 mil habitantes, tem o Brasil eternamente na memória. Para marcar a data e como um gesto de gratidão, entre outras homenagens, foi descerrada uma placa em memória de Miguel Pereira, o soldado que permaneceu em Pistoia como guarda do cemitério brasileiro. A cerimônia emocionou a família do pracinha, que faleceu em 2003. O filho, Mário Pereira, é o atual zelador do cemitério (que abriga um único soldado brasileiro, não identificado), do monumento e da chama votiva que lembra a FEB. "O soldado desconhecido representa todos os brasileiros que vieram aqui lutar pela paz", afirmou o guardião em entrevista à Folha de São Paulo. Já a viúva, Giuliana, relembrou ao jornal Il Tirreno (no detalhe): "Em plena guerra eu morava na Via Monte Sabotino e Miguel operava uma estação de rádio instalada sob a minha casa. Nos encontrávamos e nos cumprimentávamos. A minha desconfiança inicial se dissipou e tornou-se amor. Nós nos casamos depois da guerra, em 1946, e nos mudamos para perto do cemitério brasileiro porque precisavam de uma pessoa para ficar de guarda", relembrou ela no local que abrigou o heróis da FEB até que os seus corpos foram transferidos para o Monumento aos Mortos da Segunda Guerra Mundial, no Rio de Janeiro. À comovente homenagem em Pistoia, compareceram autoridades italianas, o embaixador do Brasil, Ricardo Neiva Tavares, o Comandante do Exército, Gen Eduardo Villas-Boas, veteranos locais e pracinhas, entre outras personalidades.

UNIVERSIDADE DO MINHO: PARCERIA COM A ADESG

A Profª Doutora Maria de Assunção do Vale Pereira, da Escola de Direito da Universidade do Minho, enviou correspondência ao presidente da ADESG, V Alte Veiga Cabral, em agradecimento ao apoio prestado pelo nosso representante na Europa, Dr. Arthur Victoria, à realização do III Curso "Conflitos Armados – Perspectivas Jurídica e de Relações Internacionais. "Para além da colaboração no esforço de divulgação do Curso, expresso a minha particular gratidão pelo facto de, por seu intermédio, termos tido a oportunidade de contar com V. Exª, Senhor Almirante, a encerrar o referido curso, proferindo uma notável conferência subordinada ao tema "O Brasil e o seu entorno estratégico". A Dr. Maria de Assunção expressou, ainda, a expectativa de contar com a parceria acadêmica da ADESG em futura iniciativas.

em tempo

MISSÃO DO EXÉRCITO E OS OFICIAIS DA RESERVA

O 1º Ciclo de Atualização dos Oficiais da Reserva, projeto piloto desenvolvido inicialmente pelo Conselho Nacional de Oficiais da Reserva de Exército – Regional do Rio de Janeiro, foi concluído com grande êxito com palestra do Gen Ex Ueliton José Montezano Vaz, chefe do DECEX, Departamento de Educação e Cultura do Exército. Participaram do Ciclo 110 oficiais da reserva com predomínio de oficiais R/2. As jornadas de trabalho foram seis, em um total de 18 horas. O Comandante do Exército, Gen Ex Eduardo Dias da Costa Villas Bôas (ESG 2000), iniciou o Ciclo com a palestra "A Missão do Exército e sua Modernização".

O Maj Brig do Ar Antonio J.M.Toledo Lobato, Comandante do 7° COMAR, proferiu Aula Magna no CEPE 2015, da ADESG-AM. Na foto, o delegado da nossa representação local, CMG (Ref) Dauster Sá Ribas Gonçalves e o vice-delegado Dr. Francisco Ritta Bernardino, ladeiam o palestrante do Ciclo de Estudos de Política e Estratégia.

NOVO DIRETOR DA PROCURADORIA ESPECIAL DA MARINHA

O V Alte Domingos Savio Almeida Nogueira concluiu a sua missão no Serviço Ativo da Força Naval e assumiu a diretoria da Procuradoria Especial da Marinha. No seu pronunciamento de posse, enfatizou que seu sentimento era o do dever cumprido nos seus 42 anos de serviço. Recordou o ingresso no Colégio Naval, em 1973, e as diversas fases de sua carreira, como no Centro de Comunicação Social da Marinha (foi o primeiro oficial general a ocupar tal função), Comandante do 6º Distrito Naval, Comandante Força de Superfície, na Diretoria do Pessoal Militar de Marinha ou como Comandante do 9º Distrito Naval. Na sua alocução, afirmou, repetindo o Almirante Tamandaré: "Sou marinheiro e outra coisa não quero ser". Ainda no seu discurso de posse, ele ressaltou suas novas responsabilidades: "Tenho a plena consciência da importância desta Procuradoria Especial, mormente diante da conjuntura atual, na qual a crescente atividade aquaviária, complexa e dinâmica, fomentadora da economia mundial e regional, é desenvolvida desde as nossas vias navegáveis interiores, passando pela imensa área marítima, compreendida pelo nosso extenso litoral, até nos longínquos limites onde possam os navios e embarcações de bandeira brasileira se fazerem presentes".

Em todas as altas funções que ocupou na Marinha do Brasil, o Alte Savio manteve com a ADESG uma postura de permanente colaboração. É, assim, merecedor dos nossos agradecimentos e votos de continuado êxito.

V Alte Domingos Savio Almeida Nogueira toma posse na PEM.

150 ANOS DA BATALHA NAVAL DO RIACHUELO

A ADESG comemorou os 150 anos da Batalha Naval do Riachuelo com homenagem à Marinha do Brasil, no Clube Naval, com a presença do Almirante de Esquadra Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Comandante da Força Naval e integrantes do Almirantado. Na oportunidade, foi lida a Ordem do Dia nº 04/2015 do Comando da Marinha, realçando a vitória e o heroísmo dos brasileiros, com especial ênfase ao Almirante Barroso, ao Guarda-Marinha Greenhalgh e ao marinheiro Marcilio Dias.

O presidente da ADESG, V Alt Veiga Cabral, destacou trecho da Ordem do Dia proferida dias antes pelo Comandante da Marinha, em 11 de junho. "As momentâneas dificuldades de aprestamento podem limitar nossas pretensões, mas não inibem nossos sonhos nem diminuem a certeza dos destinos deste País-continente e de sua Armada. Não inibem o fogo sagrado e a alegria contagiante das jovens tripulações que guarnecem nossos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, nem tampouco o entusiasmo maduro de seus Comandantes. Este é o verdadeiro sentido de comemorarmos o sesquicentenário da vitória na Batalha Naval de Riachuelo. Esta crença foi a nossa gênese; foi o sentimento que impulsionou Barroso e seus comandados e deve ser o estimulo a manter nossa motivação: Tudo pela Pátria!".

O Corpo de Fuzileiros Navais se fez representar pelo seu Comandante Geral Almirante de Esquadra (FN) Fernando Antonio de Siqueira Ribeiro e, ainda, por dois integrantes de sua banda, que tocaram em gaita de fole os acordes iniciais do "Cisne Branco", sendo aplaudidos pelos presentes que ouviram, em seguida, o Hino Oficial da Marinha. O Vice-Almirante Veiga Cabral, o presidente do Conselho Superior, Brigadeiro Hélio Gonçalves, o Dr. Luiz Felizardo Barroso, diretor do Departamento Jurídico, entregaram ao Comandante da Marinha o titulo de Benemérito da ADESG sendo lembrada, na oportunidade, a sua postura de integração, apoio e bom entendimento no recente período em que comandou a Escola Superior de Guerra. O Alt Esq Eduardo Bacellar Leal Ferreira ratificou todas as considerações da sua Ordem do Dia sobre a Batalha Naval do Riachuelo e agradeceu a honraria recebida da ADESG.

O Alt Esq Eduardo Bacellar Leal Ferreira, Comandante da Marinha, recebe das mãos do V Alte Veiga Cabral, do Brig Hélio Gonçalves e do advogado Luiz Felizardo Barroso, respectivamente, presidente nacional, presidente do Conselho Superior e diretor do nosso Departamento Jurídico, o título de Benemérito da ADESG.

CEBRES TEM NOVO PRESIDENTE

No dia 18 de junho, ocorreu no salão de eventos do Clube de Aeronáutica a passagem da Presidência do CEBRES (Centro Brasileiro de Estudos Estratégicos). O presidente anterior, Maj Brig Ar Oswaldo Terra de Faria, passou a posição para o Primeiro Vice-Presidente do CAER, Brigadeiro Helio Gonçalves. Em seu discurso de posse, o novo presidente do CEBRES exaltou os feitos do líder anterior e frisou que o trabalho continuará a ser feito de forma organizada e responsável com sempre foi. Ele agradeceu a todos pela presença e, em especial, à mesa de autoridades que contou com figuras ilustres como o Ten Brig Ar Carlos de Almeida Baptista, ex-Comandante da Aeronáutica, ex-presidente do Clube de Aeronáutica e ex-presidente do Conselho Fiscal. A mesa também foi composta pelo ex-presidente do CEBRES, Maj Brig Ar Oswaldo Terra de Faria, Ten Brig Ar José Américo e com o presidente do Clube de Aeronáutica Maj Brig Ar Marcus Vinícius Pinto Costa. Durante a solenidade a nova Presidência assinou o livro de posse, inclusive o segundo vice-presidente do CAER, Cel Av Luís Mauro como vice-presidente do CEBRES. Após a solenidade todos se dirigiram a um coquetel de comemoração no Salão Nero Moura. O Brigadeiro Helio Gonçalves agradeceu a todos pela presença e em especial à família que tanto o ajudou na carreira militar.

Os ex-diretores do SSPM acompanhados do C Alte Aguiar Freire, diretor de Ensino da Marinha. Da esq. para a dir. (sentados), CA Aguiar Freire, CMG Chagas Diniz, CMG Silva Filho, CMG Bruns e CMG Humberto Teixeira. Na mesma ordem, em pé, CMG (T) Santos, atual diretor do SSPM, CMG (T) Vera Campos, CMG (IM) Eiras, CMG (T) Cheriff, CMG Lussac e CMG (T) Aldner.

SSPM COMEMORA 64 ANOS

O Serviço de Seleção do Pessoal da Marinha comemorou, no dia 28 de julho, seus 64 anos de atuação efetiva na Marinha do Brasil em cumprimento à sua missão institucional. Em Ordem do Dia, o seu diretor, Capitão-de-Mar-e-Guerra Cesar da Silva Santos, exaltou o trabalho de antigos comandantes do SSPM, como o saudoso Murillo Salim Felix, e registrou o apoio do C Alte Renato Rodrigues de Aguiar Freire, diretor de Ensino da Marinha. Na ocasião, foi anunciada a realização da Jornada de Psicologia, sob o tema "Atuação dos Profissionais em Emergências e Desastres – Perspectivas e Desafios", nos dias 18, 19 e 20 de agosto.

O SSPM homenageou o CMG (IM) Murillo, através dos seus familiares. Da esq. para a dir.: CMG Humberto Teixeira, Sr. Murillo Sergio, Sr. Carlos Alberto, Sra Zilene, CMG (T) Santos e C Alte Aguiar Freire.

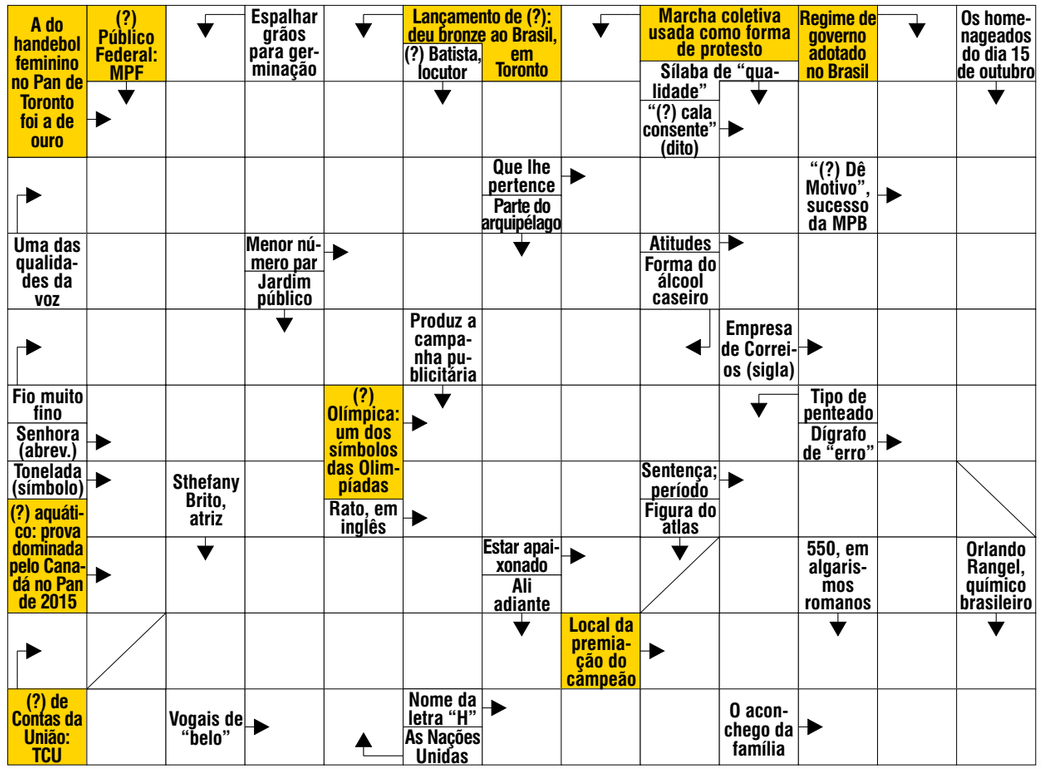
DAVID KLAJMIC: EM MEMÓRIA DE UM ADESGUIANO

O economista e publicitário David Klajmic foi estagiário da Escola Superior de Guerra (ESG), como integrante da Turma Almirante Paulo de Castro Moura da Silva, em 1997. Desde então, manteve-se próximo e atuante na ADESG. Integrou os quadros da Revista da ADESG, em fase anterior, como coordenador, e participou no último ano do reposicionamento editorial da publicação, como consultor de captação e apoio cultural. Ao longo de 50 anos de atuação no mercado, David Klajmic fundou a agência Detalhe e ingressou, depois, na McCann Erickson. Posteriormente, foi contratado pela Bloch Editores, onde ingressou como contato e alcançou o posto de diretor comercial da empresa, à frente das revistas Manchete, Fatos&Fotos, Amiga, Tendência, Geográfica, Desfile, Manchete Rural, entre outras publicações do grupo. Atualmente, era diretor do Sindicato dos Publicitários do Estado do Rio de Janeiro. David faleceu no dia 17 de julho último, no Rio de Janeiro, vítima de complicações de um tromboembolismo pulmonar.

CIDADANIA E ESPORTE

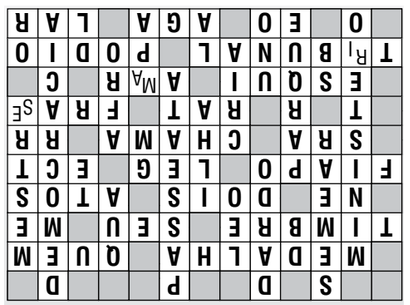
Nos momentos de crise, a participação dos cidadãos é determinante para o avanço da sociedade rumo à superação dos seus desafios políticos, econômicos e comunitários. Entende-se por cidadania os direitos consagrados ao cidadão para intervir no Estado através dos instrumentos civis e políticos como, por exemplo, o direito de votar e ser votado. Remotamente, o conceito de cidadania vem da Grécia, local em que surgiram os esportes olímpicos, tema dessa edição da Revista ADESG,que contempla a participação dos atletas militares nos Jogos Pan-Americanos de Toronto, no Canadá.

FOTO: ELZA FIUZA / ABR



3/rat. 5/frase. 6/parque — timbre. 8/tribunal. BANCO

RESPOSTA



FINANCIAMENTO PARA MATERIAL DE CONSTRUÇÃO

POUPEX

Família crescendo é sinônimo de reforma.

Com o **Financiamento para Material de Construção POUPEX**, seu projeto de construir ou reformar, e de comprar armários modulados, sai do papel. Você compra o material de construção na loja de sua preferência e financia na **POUPEX** até R$ 200 mil. Os juros são baixos, a liberação do crédito é ágil e você pode pagar em 96 meses. Além de todas essas facilidades, há uma equipe de profissionais para orientá-lo. Visite um dos Pontos de Atendimento e mãos à obra!

0800 61 3040
POUPEX.COM.BR/FMCG

JUROS BAIXOS
PARA O PÚBLICO EM GERAL
AGÊNCIAS POUPEX EM TODO O PAÍS